



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS - FAGEN

HENRIQUE SIGNORI PERONE

**TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO
GESTOR A PARTIR DOS ANOS 2010**

UBERLÂNDIA, MG

2020

HENRIQUE SIGNORI PERONE

**TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO
GESTOR A PARTIR DOS ANOS 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali

UBERLÂNDIA, MG

2020

**TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO
GESTOR A PARTIR DOS ANOS 2010**

Monografia aprovada para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Prof^ª. Dra. Cristiane Betanho

Prof. Dr. Rodrigo Miranda

Uberlândia, 07 de dezembro de 2020.

Prof^ª. Dra. Cristiane Betanho, UFU/MG.

Prof. Dr. Rodrigo Miranda, UFU/MG.

RESUMO

O modelo Gerencialista, introduzido após a crise do petróleo (1973-1974), no governo de Margaret Thatcher (1979-1990), representou a ascensão de uma nova ideologia sociocultural e econômica. Com isso, houve impacto em estruturas do Estado, sendo elas: o trabalho e a educação, pois a ideia de gestão, inovação e maximização, passam a influir diretamente nestas duas esferas. A ideia de redução da burocracia e a eficiência, que são elementos do segundo setor, concretizaram sua introdução no setor público. O caráter técnico, presente na educação, apresenta relação com esta proposta de governo e o sentimento econômico ultrapassa a vertente coletiva. No começo do século XXI a flexibilização do trabalho se intensifica, pois novas ações viabilizam este impacto na estrutura, ou seja: a ideia de força de trabalho qualificada, terceirizada e majoritariamente técnica. O trabalho envolveu a análise de indicadores da educação básica, fornecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O recorte contém sete anos, 2010 até 2017, pois os registros destas informações, em períodos anteriores, não seguiram o mesmo critério de análise. O estudo demonstra o crescimento do ensino técnico, com impactos no docente e discente. Sua evolução apresenta relação com o modelo e necessidade constante de qualificação, contudo, tende à exclusão de elementos centrais aos estudantes.

Palavras-chave: eficiência; burocracia; economia; educação; trabalho; gestão.

ABSTRACT

The Managerialist model, introduced after the oil crisis (1973-1974), under Margaret Thatcher administration (1979-1990), represented the rise of a new socio-cultural and economic ideology. As a result, there was an impact on State structures such as work and education, as the idea of management, innovation and maximization started to directly influence these two spheres. The idea of reducing bureaucracy and efficiency, which are elements of the second sector, materialized its introduction in the public sector. Technical characteristics, present in education, presents relation with this government proposal and the economic feeling goes beyond the collective aspect. At the beginning of the 21st century, the flexibilization of work intensifies, as new actions make this impact on the structure viable, that is: the idea of a qualified, outsourced and mostly technical workforce. The work involved the analytics of basic education indicators, provided by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). The section contains seven years, 2010 to 2017, as the records of this information, in previous periods, did not follow the same analysis criteria. The study demonstrates the growth of technical education, with impacts on teachers and students. Its evolution shows relation to the model and the constant need for qualification, however, tends to exclude central elements to students.

Key-words: efficiency; bureaucracy; economy; education; job; management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. OBJETIVO	7
1.1.1. OBJETIVO GERAL	7
1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1. TRABALHO	8
2.1.1. TRABALHO E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO	11
2.2. AS ROUPAGENS DO CAPITALISMO: ESTADO GESTOR E DE BEM-ESTAR	12
2.2.1. A FORMA HISTÓRICA ESPECÍFICA DO ESTADO SOCIAL-DEMOCRATA	14
2.2.2. ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E A REFORMA: O GERENCIALISMO	15
2.3. A EDUCAÇÃO BÁSICA SOB O ESTADO GESTOR	17
3. METODOLOGIA	19
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS	20
5. CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo, desde a grande crise econômica de 1929, que levou a quebra da bolsa de Nova York, evoluiu e se adaptou ao sistema da época. A ideia de Estado forte se deu início através do conceito keynesiano, pois o antigo modelo, destruído pela instabilidade, enxergou na figura do Estado uma solução, ou seja: investimento em indústria de base e uma política concreta de regulamentação. O recorte histórico do pós-guerra contribuiu para a confecção desta vertente intervencionista, visto que, conseguiu equilibrar os ânimos do mercado e seu desenvolvimento interno (HARVEY, 1992).

A transição ideológica, normalmente, ocorre em períodos de crise ou instabilidade econômica e a confecção deste novo Estado passa pela vulnerabilidade da época. O desejo na redução de burocracia e maior eficiência no primeiro setor, por exemplo, alavancam este desenvolvimento. Contudo, a decisão “financeira” tende a subtrair interesses de toda a sociedade e, assim, eliminar o caráter de bem-estar do Estado (NEWMAN; CLARKE, 2012).

A aplicação desta metodologia de mercado, segundo a ótica do Gerencialismo, mira reduzir a dita ineficiência estatal, mas o impacto na educação, seguridade social e vínculo empregatício, podem retroceder substancialmente. O Estado, elemento importante para a formação social, cultural e acadêmica, começa a enxergar, na educação, uma oportunidade de mercado (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Visto isso, o resultado da análise pode demonstrar um impacto em estruturas que afetam diretamente o contexto neoliberal, sendo elas: o trabalho e a educação. Agora, a ideia de flexibilização, redução da seguridade social e desenvolvimento do ensino técnico, por exemplo, são fatores que podem surgir na conclusão da pesquisa. O aumento da precarização talvez seja um resultado factível.

O trabalho visa instigar as alterações no Estado, do Keynesianismo para o Gerencialismo, e sua ação na educação básica a partir de 2010 no Brasil. A mudança, que é também ideológica, vem alterando a educação, especialmente o médio. A apresentação, desta nova ideologia, tende a demonstrar uma concreta modificação de elementos essenciais. Por fim, a pesquisa busca compreender quais são os conflitos e sua projeção.

1.1. OBJETIVO

1.1.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar o modelo neoliberal na educação básica a partir dos anos 2010, com o recorte no ensino médio, e compreender as diferentes roupagens dessa proposta econômica.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar a evolução do modelo capitalista de produção e identificar as ações que contribuíram para a sua mudança;
- Entender as relações de trabalho, vínculo empregatício e seguridade social nesta estrutura neoliberal;
- Analisar a forma específica, que assume o Estado no capitalismo com a crise do Estado Social, ou seja, o Gerencialismo e seus impactos na educação básica, com ênfase no ensino médio.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. TRABALHO

A relação inicial envolvendo mercadoria e necessidade humana é interessante para o desenvolvimento e compreensão de algumas relações, ou seja, o desejo e a obsessão material mediante o caráter social. Sendo assim, o valor de uso é responsável por definir as relações de troca e envolvimento entre os diferentes segmentos de mercado. Entretanto, o conceito intrínseco neste “valor” remete ao esforço humano ou trabalho (MARX, 2013).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] no processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início (MARX, 2013, p. 330).

O desenvolvimento industrial possibilitou diversas mudanças econômicas e o tempo destinado à produção de determinado produto, pois os artesãos foram substituídos pelo trabalho mecanizado. Sendo assim, houve uma redução significativa no valor final destes produtos, isto é, existe relação entre tempo e preço. O trabalho humano inserido neste contexto determina o valor imaterial deste produto (MARX, 2013).

[...] valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo. O produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior (MARX, 2013, p. 162).

O valor materializado dessa mercadoria varia de acordo com o tempo despendido para aquele determinado produto, visto que, o produto deve apresentar uma relação de troca pelo mercado, caso contrário, não existe valor de uso concreto. O contexto final desta mercadoria é definido pelo caráter natural e humano, mas é a força de trabalho que determina o preço e o seu valor para o mercado (MARX, 2013).

O tempo envolvendo a força de trabalho representa a capacidade de energia despendida pelo operário e está totalmente atrelada ao valor agregado deste produto. Caso exista uma redução significativa na produção, por exemplo, o valor é afetado. O aumento dessa força de trabalho pode ampliar a capacidade interna, dessa forma, determinando a relação final do produto (MARX, 2013).

A compreensão do desenvolvimento pela mercadoria ocorre significativamente entre duas relações, ou seja, valor relativo e equivalente. Essa interação é relevante, pois deixa explícitas a segmentação e classificação destes itens que compõem a esfera de mercado, visto que, não cumprem a mesma função e dependem dessa interação para a manutenção completa da estrutura capitalista de produção (MARX, 2013).

O sentido de valor relativo está ligado ao conceito de expressão entre mercadorias distintas e a relação perante os produtos. Essa diferença é importante, pois determina situações envolvendo cada componente e o nível de interação entre ambos. O caráter equivalente compreende o desfecho desse produto e não possui uma semelhança específica de valor perante outro elemento. Enfim, é a representação equivalente da estrutura primitiva ao qual se originou (MARX, 2013).

A forma de valor relativa do linho pressupõe, portanto, que uma outra mercadoria qualquer se confronte com ela na forma de equivalente. Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode estar simultaneamente contida na forma de valor relativa. Ela não expressa seu valor; apenas fornece o material para a expressão do valor de outra mercadoria (MARX, 2013, p. 175).

A interação constante determina esse intercâmbio mútuo, pois a concepção envolvendo o valor deste produto ocorre em detrimento de outro produto, equivalente entre as estruturas de mercado. Entretanto, essa relação não determina seu valor e serve de base para a estrutura mais complexa da relação. Esse contato é interessante, dentro da estrutura do mercado, e não há relação comum entre os diferentes serviços (MARX, 2013).

A proporção envolvendo as formas naturais não compreende relação de valor, dessa forma, a força de trabalho define essa influência e essa interação acontece por meio do trabalho. O sentido inerente ao produto surge em detrimento do processo, ou seja, a

mercadoria é constantemente adaptada pela estrutura interna e, mediante isso, se apropria da força de trabalho entre os diferentes setores (MARX, 2013).

O sentido final deste determinado produto é resultado da concepção de trabalho e consolidação do processo envolvendo a matéria prima, além disso, assume diferentes funções nesta estrutura produtiva. A força de trabalho é peça essencial para a finalidade econômica, ou seja, produção de valor para a estrutura. Enfim, os recursos naturais também possuem relação significativa diante do desenvolvimento intrínseco, material e são indispensáveis para o modo de confecção da indústria (MARX, 2013).

A relação de trabalho e domínio, por parte do capitalista, é extremamente visível e específica. A concepção dessa força de trabalho é exclusivamente material e resultado da aquisição do indivíduo pela estrutura produtiva. A constante manutenção e o cuidado com a administração da esfera produtiva, por exemplo, também se relacionam com o domínio e controle pelo capitalista (MARX, 2013).

O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista (MARX, 2013, p. 337).

A ampliação da capacidade produtiva compreende o objetivo desta ideologia capitalista. Essa interação se faz necessária para o a sua sobrevivência enquanto modelo e esse contexto se encontra na relação de poder entre os setores da sociedade. Agora, essa obsessão está totalmente ligada à capacidade de produção desta classe, pois o resultado representa fator de desenvolvimento e, em seguida, o retorno ao capital (MARX, 2013).

A relação do trabalho produz uma associação externa ao indivíduo e essa atividade desapropria características essenciais para a manutenção da estrutura pessoal deste trabalhador, provendo situações específicas, como, por exemplo, a alienação. Existe uma conexão inversa ao modo de produção e o proletário, pois envolve particularidades determinadas pelo capitalista e seu modo de produção (MARX, 2013).

O estranhamento, perante o processo produtivo, representa a relação de poder entre os segmentos sociais e, principalmente, o aprisionamento do proletário dentro da estrutura individualizada do capital. A ação impossibilita essa flexibilidade, destrói o caráter humano desse meio de produção e amplia a lógica da alienação. Assim, o sentido de trabalho, pelo operário, é importante para a compreensão consciente dessa atividade, pois, caso contrário, o

objetivo dessa ação não pertence ao indivíduo. O trabalhador é a representação da engrenagem e, logo, objeto da estrutura capitalista (MARX, 2013).

2.1.1. TRABALHO E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO

O modelo capitalista de produção, historicamente, se desenvolveu perante conceitos e teorias que detinham a capacidade de evolução dessa estrutura, como, por exemplo, o taylorismo-fordismo. Sendo assim, esse modelo detém constantemente o processo de evolução entre épocas específicas e, dessa forma, se apropriando ao máximo da força de trabalho. O progresso tecnológico contribuiu para esse desenvolvimento, pois é elemento importante para o progresso significativo (PREVITALLI, 2009).

Essa evolução determina a relação entre homem, máquina e existem algumas especialidades entre as diferentes atuações adotadas pelo capitalismo. Agora, esse caráter científico surge com o taylorismo e, conseqüentemente, implementada pela estrutura fordista de produção. Além disso, surgiu a necessidade de quantificar a estrutura, para a maximização da produtividade, entre os setores da organização. Entretanto, o caráter social não condiz com essa evolução, pois é deixado de lado pela estrutura. O interesse econômico e a ampliação material se destacam neste modelo (PREVITALLI, 2009).

A alteração constante remete à instabilidade e dependência da tecnologia para o sucesso operacional do modelo, isto é, “o trabalho no capitalismo tenderá sempre à desqualificação, pois a qualificação para o trabalho será sempre momentânea, no tempo exato da substituição de uma dada tecnologia” (PREVITALLI, 2009, p. 146). Enfim, surgiram adaptações, sendo eles: o toyotismo, na esfera produtiva, e o Gerencialismo, no âmbito do Estado (PREVITALLI, 2009).

O sistema Toyota de produção representa uma evolução frente ao modelo padrão de fabricação, pois remete ao sistema enxuto. A eficiência e redução do desperdício, envolvido na produção, incluindo o próprio trabalho humano, se destaca de outras metodologias. Com isso, houve um forte impacto no padrão da indústria, pois contribuiu para a produtividade e eficiência da operação. Enfim, é importante compreender o processo evolutivo e a capacidade de manutenção, para compreender o direcionamento do modelo (PREVITALLI, 2009).

A etapa de capacitação constante, por exemplo, desempenha impacto direto sobre o operário, exerce uma pressão constante e corrobora com o estilo do modelo. A viabilidade da tecnologia contribuiu para a exploração da capacidade técnica e intelectual, pois sua execução exige maior controle, conexão entre as estruturas e, ainda, uma adaptação da unidade de trabalho (ANTUNES, 2009).

As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário, que ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais e cognitivos à nova máquina que resulta desse processo. [...] Esse processo de retroalimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 2009, p. 124).

O proletário acompanha a evolução metodológica do mercado, visto que, sua manutenção depende desta adaptação incessante e, com isso, a estrutura mira o aperfeiçoamento da produção. Entretanto, houve também, segundo Antunes (2009, p. 104) a efetivação do "novo proletariado fabril e de serviços, que se traduz pelo enorme crescimento" e representação do trabalho terceirizado. A atividade representa a sobrevivência do capital frente ao mercado, uma vez que a competição sustenta a prática (ANTUNES, 2009).

Sendo assim, existe uma pressão por qualificação sobre o indivíduo, atribuída à evolução do sistema e, essa relação, se apresenta de forma negativa ao caráter humano, em detrimento da capacidade técnica e abstrata. Segundo Antunes (2009, p. 131), “[...] são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho” (ANTUNES, 2009).

A representação feminina também possui ligação com o trabalho e descreve a prática desta estrutura capitalista. Segundo Antunes (2009, p. 106), “o trabalho das mulheres é muito frequentemente restrito às áreas mais rotinizadas, onde é maior a necessidade de trabalho intensivo. [...] O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens”. Agora, a capacidade de adaptação da estrutura capitalista, sobretudo em momentos de crise, condiz com sua sobrevivência enquanto sistema (ANTUNES, 2009).

2.2. AS ROUPAGENS DO CAPITALISMO: ESTADO GESTOR E DE BEM-ESTAR

O capitalismo se diferencia de outras variações históricas, sendo eles: o feudalismo e o escravismo. Além disso, apresenta características específicas, como, por exemplo, a divisão entre produtor direto e proprietário dos meios de produção. Essa relação é importante, pois existe um conceito de troca entre as classes, ou seja, a venda da força de trabalho pelo salário atribuído ao serviço. Enfim, esse modelo inviabiliza uma representação justa e induzindo à mais-valia (SAES, 1998).

Segundo Saes (1998, p. 26) “a produção da mais-valia resulta, fundamentalmente de uma troca desigual; todavia, para que essa troca desigual se concretize, na produção, é preciso que a força de trabalho circule, no mercado, como se fosse uma mercadoria”. Assim, essa analogia é particular do modelo capitalista e seu desenvolvimento surge mediante a relação com o Estado. A presença dessa figura possibilita a sobrevivência do sistema, pois viabiliza condições adequadas à manutenção do modelo (SAES, 1998).

O Estado burguês contribui diretamente para a manutenção do modelo capitalista, pois a relação entre capital e trabalho não configura ilegalidade ou abuso de poder. A presença de formalização entre os envolvidos, isto é, retorno financeiro (salário) é suficiente no processo de validação do trabalho. Entretanto, essa ação enfraquece a presença de sindicatos e reivindicações, nas condições implementadas pelo proprietário (SAES, 1998).

Portanto, o direito burguês, ao definir os agentes da produção como sujeitos, faz como que a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário assume a forma de uma troca de equivalentes, resultante do livre encontro de duas vontades individuais: o contrato de compra e venda da força de trabalho [...] que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção (SAES, 1998, p. 38).

Essa interação contratual é preponderante para a manutenção, controle dos meios de produção e, ainda, ampliação da mais-valia. A remuneração acordada ao proletário não condiz com o rendimento atribuído ao indivíduo e, a regulamentação, viabiliza essa característica diretamente. Assim, segundo Saes (1998, p. 38), o Estado “cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas” (SAES, 1998).

A burocracia, executada pelo Estado burguês, remete à manutenção e ampliação das características definidas pela estrutura, portanto, essa ferramenta, beneficia o controle e manipulação indireta. Enfim, a resistência à mudança surge mediante a efetivação desse conceito, pois essa previsibilidade mantém a estrutura dominante e dificulta qualquer movimento (SAES, 1998). Segundo Saes (1998, p. 45), “o interesse político particular da burocracia é a conservação/desenvolvimento do Estado burguês”.

A definição de trabalho, para o contexto capitalista, é diferente do compreendido pelo operário, essa relação impacta diretamente o seu estilo de vida e, ainda, a forma de entender as atividades. A atribuição, na ótica do Estado, se configura dentro da normalidade e o contrato entre ambos é suficiente no processo de legalização e controle. Contudo, essa vertente não se aplica ao proletário, pois o trabalho busca prejudicar o indivíduo e ampliar os recursos externos ao desenvolvimento da indústria (MARX, 2004).

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito o servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2004, p. 82).

A ação do trabalho impacta diretamente a forma deste indivíduo compreender e atribuir sentido em todo o processo produtivo. Além disso, a ideia de vínculo não é atribuída ao trabalhador e, essa atividade, deixa de pertencer ao indivíduo, pois exerce relação com o externo, ou seja, o proletário. O Estado se apresenta e coordena essa interação, porém visa defender fortemente o detentor da atividade produtiva, ou seja, existe um conflito entre as relações de trabalho (MARX, 2004). Em virtude desta desordem, a estrutura keynesiana surge com a finalidade de ampliar a responsabilidade do Estado, reorganizar a ótica do trabalho e atuar no âmbito de toda a sociedade (HARVEY, 1992).

2.2.1. A FORMA HISTÓRICA ESPECÍFICA DO ESTADO SOCIAL-DEMOCRATA

A transição – entre o modelo fordista para o keynesiano – representa o avanço do capitalismo no quesito estabilidade e regulamentação. Além disso, a crise de 1929, por exemplo, evidenciou uma necessidade de mudança para a estrutura econômica, social e humana. As altas rotatividades e a rotinização do trabalho também contribuíram para essa evolução (HARVEY, 1992).

A necessidade de mudança, no contexto entre guerras, foi preponderante após a instabilidade econômica, pois essa questão viabilizou a exigência de evolução e desenvolvimento nas relações entre capital e Estado. Esse progresso contribuiu para a sobrevivência, consolidação do capitalismo, estrutura fordista de produção e colaborou na união saudável entre as partes (HARVEY, 1992).

[...] um sistema capitalista altamente dinâmico e, em consequência, instável adquire suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo. [...] a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado, evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado, fornecer bens coletivos que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas. (HARVEY, 1992, p. 118).

A cooperação entre o trabalho, capital e Estado corroborou para o rápido desenvolvimento e estabilidade financeira no contexto de pós-guerra. Entretanto, houve forte

mudança na postura do Estado, mediante o processo de fiscalização, controle e seu impacto na conjuntura social, política e, ainda, econômica. A regulamentação e influência direta na indústria são exemplos de intervenções realizadas pelo Estado (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey (1992), a internacionalização da estrutura fordista, no território europeu, contribuiu para amenizar a economia interna dos Estados Unidos. O processo de investimento ao velho continente, no pós-guerra, ou seja, o Plano Marshall, cooperou diretamente ao produto fornecido naquele período, dessa forma, gerando demanda necessária ao equilíbrio do mercado (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey (1992, p. 121), "produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia". Essa ideologia, executada pelo fordismo, acarretou em múltiplas manifestações de grupos periféricos, pois, a falta de oportunidade, inviabilizou o consumo. A ação do Estado, nesta etapa de auxílio, contribuiu para amenizar as consequências da estrutura econômica e inclusão destas minorias na sociedade (HARVEY, 1992).

O Estado aguentava a carga de um crescente descontentamento [...]. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos (HARVEY, 1992, p. 133).

A realidade do Welfare State foi importante, porém, no longo prazo, se tornou extremamente complicado para a acumulação constante do capital, ou seja: “o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro” (HARVEY, 1992, p. 156). A estagnação representa o motivo central no processo de transição, porém a ideologia keynesiana contribuiu para a ascensão e reforma do Estado (HARVEY, 1992).

2.2.2. ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E A REFORMA: O GERENCIALISMO

A ideologia Gerencialista transformou a estrutura do Estado e extinguiu o padrão engessado, que antes era a realidade do sistema. A inovação, tecnologia e liberdade, compõem a aspiração deste modelo, pois o sistema compreende avanços gerenciais e evolução econômica, mas com a redução de características sociais. Além disso, essa ideologia engloba metas e ações específicas para sua constante operação (NEWMAN; CLARKE, 2012).

A ideia do poder transformacional de gestão, e de gestores como indivíduos heroicos que podiam transformar organizações consideradas em falência, formava um recurso muito significativo para os governos que buscavam reconfigurar estados de bem-estar e serviços públicos. [...] produzir organizações mais receptivas, mais centradas no cliente, mais eficientes (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 361).

O contexto do neoliberalismo, segundo Cerqueira (2008 p. 185), representa a “nova roupagem do capitalismo”. O conceito surge a partir de crises do próprio modelo e, entender essa relação, é importante para compreender a ascensão desta nova filosofia, introduzida na década de 1970. O capitalismo apresenta uma capacidade interessante de adaptação em ocasiões de crise, instabilidade e consegue se transformar rapidamente, conforme a disposição da estrutura econômica (CERQUEIRA, 2008).

O começo da década de setenta, no século XX, é marcado por diversos conflitos e reestruturação econômica. A guerra do Vietnã, crise do petróleo e a elevada taxa de inflação contribuíram para a transição do Estado social ao modelo de acumulação flexível ou Gerencialismo. A realidade dessa ideologia transcende a rigidez e institui o processo de inovação, aliado à tecnologia. Porém, enfraquecendo a relação com os sindicatos, questões sociais e reestruturação completa da economia (HARVEY, 1992).

O impacto negativo, neste processo de transição, exerce implicações em grupos secundários da sociedade, pois a elevada concorrência e a constante capacitação possuem caráter excludente. Além disso, a simplificação do trabalho ou ausência de vínculo, por exemplo, contribui diretamente à ideologia empregada pela indústria (HARVEY, 1992). Conforme Antunes (2009, p. 77) “as formas mais estáveis de emprego, herdadas do fordismo, foram desmontadas e substituídas pelas formas flexibilizadas, terceirizadas, do que resultou um mundo do trabalho totalmente desregulamentado, um desemprego maciço”.

Segundo Cerqueira (2008), esse atributo assegurou o conceito neoliberal, sua relação com as novas políticas sociais e financeiras, diante o período anterior. A ideia de Estado forte se modifica e, assim, adotando a livre circulação do mercado. Segundo Harvey (1992) o contexto atual remete à cordialidade perante os negócios, ou seja, ao caráter financeiro de intervenção e controle. Enfim, apresenta o objetivo de “criar um bom clima de negócios, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas” (HARVEY, 1992, p. 160).

A justificativa econômica sustentou essa alteração e, a incapacidade financeira do Estado, inviabilizou a presença constante do modelo intervencionista. Assim, a necessidade de privatizar pontos importantes, como, por exemplo, indústrias, educação e saúde, foram

essenciais para manter o equilíbrio. Entretanto, exigências triviais, que seriam direcionadas à comunidade, foram repassadas ao poder privado, minando o acesso ao grande público e segmentando sua distribuição (CERQUEIRA, 2008).

Segundo Cerqueira (2008 p. 179), “a lógica predominante é a do lucro máximo inerente a qualquer unidade de produção capitalista”. A relação cordial entre o Estado e a estrutura social é quebrada com a introdução do neoliberalismo e o processo de desregulamentação (CERQUEIRA, 2008). Contudo, a mudança estrutural do capitalismo fomenta alguns pontos, sendo elas: flexibilidade geográfica e liberdade econômica. O avanço científico, muito importante para a estrutura, possui forte influência, isto é, existe uma busca constante pela inovação (HARVEY, 1992).

[...] o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis no mercado de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumos, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 1992, p. 151).

A transnacionalização dos costumes foi importante para o desenvolvimento dessa mentalidade, definida pelo sistema, principalmente no contexto Britânico. A ideologia nipônica, por exemplo, exerceu grande representatividade e, logo, atribuída à relação econômica. As questões ligadas à evolução tecnológica, inovação e a necessidade de qualificação constante, tendo a educação como ferramenta, também contribuiu para a vertente da acumulação (ANTUNES, 2009).

2.3. A EDUCAÇÃO BÁSICA SOB O ESTADO GESTOR

O contexto educação sofreu mudanças em sua estrutura e, principalmente, sua relação entre docente e aluno. A implementação do conceito "moderno" condiz com a mais-valia, pois contribui para o aperfeiçoamento da técnica e ampliação da burocracia, ou seja, prejudicando a relação pedagógica. O interesse econômico, sobre o ensino, condiz com a necessidade de força de trabalho qualificada e técnica (HYPOLITO, 1991).

O processo de dominação e controle sobre o trabalho dos educadores não se dá somente no que se refere ao conteúdo do ensino, mas também sobre a forma de transmissão desse conteúdo. Há necessidade de um saber-fazer que, além de poder orientar o processo de produção, poderá definir o uso de materiais didáticos e métodos. A incorporação desse saber-fazer pela tecnologia educacional e sua devolução para o professor enquanto um “pacote” pedagógico é um fator

fundamental na desqualificação do trabalho, no domínio do controle sobre o trabalho e na expropriação do saber do educador (HYPOLITO, 1991, p. 17).

Essa mudança abrupta acrescentou alguns paradigmas, introduziu a disputa interna e subtraiu a capacidade de formação da educação. O contexto é induzido à política gerencialista de desempenho, as características individuais se destacam e garantem o indivíduo neste ambiente. Assim, dentro deste conceito, o argumento da necessidade econômica, sustenta o seu desenvolvimento (NEWMAN; CLARKE, 2012).

A estrutura burocrata, praticada pelo sistema, atua direta e fortemente na desqualificação do ensino. O controle, aplicado ao docente, ofusca a possibilidade de evolução da profissão, pois a questão técnica se sobressai e, portanto, com uma metodologia construída pelo próprio sistema. Enfim, a autoridade na forma de propagação do conteúdo didático (HYPOLITO, 1991).

A representação neoliberal de transposição econômica e evolução representa o poder do capital e o impacto no processo de alienação da classe. O conceito de adaptabilidade compreende a posição ativa do indivíduo, dentro da estrutura produtiva, caso contrário, o sistema exerce influência ou sua exclusão. A educação representa o início do processo e define a formação da força de trabalho qualificada. Além disso, direciona o desenvolvimento destes indivíduos ao conceito técnico e, conseqüentemente, destituindo sua responsabilidade enquanto instituição formadora. A ótica do “retorno” pelo “investimento” é efetivada dentro da educação (PEREIRA, 2018).

A educação básica remete a possibilidade de lucro na ótica do Estado Gestor, eliminando o caráter humano da escola. Visto isso, o docente enfrenta o impacto desta alteração, pois o sistema exerce pressão na entrega de resultados práticos e na definição de indivíduos aptos aos métodos operacionais. O constante foco nos indicadores de desempenho contribui negativamente para a evolução social (PEREIRA, 2018).

O Gerencialismo afirma a ideia de flexibilização e a redução desse engessamento da esfera pública. Segundo Pereira (2018, p. 33), “o domínio da relação trabalho e ensino se torna potencial altamente lucrativo, pela influência das corporações na definição das prioridades universitárias”. A introdução dessa gestão, envolvida pela administração consciente, adequada e eficiente, determina o novo aspecto do Estado, pois existem necessidades, na ótica do mercado, e o ensino representa essa solução, entretanto, descartando o caráter social (PEREIRA, 2018).

[...] o ensino não tem conotação de universalidade do conhecimento, mas volta à particularidade, à formação da técnica específica. [...] a gestão pelos resultados

gerou um desequilíbrio entre os professores. Essa ação diz respeito à prática dos professores para alcançá-los, e isso incumbe variados meios, como manipulação, cobrança excessiva, entre outros (PEREIRA, 2018, p 33-35).

Contudo, ao analisar esse processo, a reprodução do trabalho docente está associada a resultados e números. A alienação surge como consequência dessa relação, pois o engessamento, viabilizado pelo modelo, destitui a ação natural do indivíduo. O controle é um atributo dessa ideologia gerencialista e, ainda, se utiliza deste artifício para a manutenção constante de características específicas, sendo elas: qualidade, eficiência, tecnologia e redução de burocracia (PEREIRA, 2018).

A escola exerce, naturalmente, oposição à dominação e alteração do ambiente institucional, segundo Hypolito (1991, p. 19), “apresenta-se enquanto um espaço contraditório de lutas, resistências, acomodações, submissões, conflitos entre interesses de classes e grupos”. Agora, existe um impacto direto na estruturação do ensino e sua alteração não condiz com o caráter social da educação. A resistência, principalmente neste ambiente, busca conservar a característica humana da instituição (HYPOLITO, 1991).

3. METODOLOGIA

O trabalho é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, com apoio na forma de bolsa da instituição de fomento Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), que foi realizada entre 2018 e 2019. A estrutura de sete anos é consequência da sua confecção em 2018, visto que, não houve a possibilidade de conclusão da década. Contudo, a representação gráfica consegue ilustrar a base teórica da pesquisa.

O desenvolvimento do trabalho compreendeu a revisão da literatura e documentos, que abordam o assunto analisado. A análise dos resultados ocorreu através da Sinopse Estatística da Educação Básica, viabilizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). A pesquisa contempla um intervalo entre 2010 e 2017 e representa uma amostra aleatória de todo o acervo. Além disso, a padronização dos dados também contribuiu para a seleção deste período. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a amostragem é um recorte do todo e, dessa forma, com possibilidade de identificar um padrão na população, mas considerando uma probabilidade de erro.

A análise estatística, que, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 109) “pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional, é, também, um método de experimentação e prova”. Agora, as variáveis da educação básica ou mais especificamente o segundo grau, que foram analisadas no trabalho são: o número de docentes e discentes no

ensino técnico, propedêutico e o vínculo temporário dos profissionais. A estruturação dos gráficos ocorreu por meio do Excel em 2018. Após a seleção deste material, disponibilizado através do INEP, o conteúdo foi organizado e se deu início à etapa de desenvolvimento dos indicadores. Por fim, houve a captação de apenas uma parte do conteúdo original, pois a amostra relacionada ao ensino médio conseguiu contemplar o problema de pesquisa.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

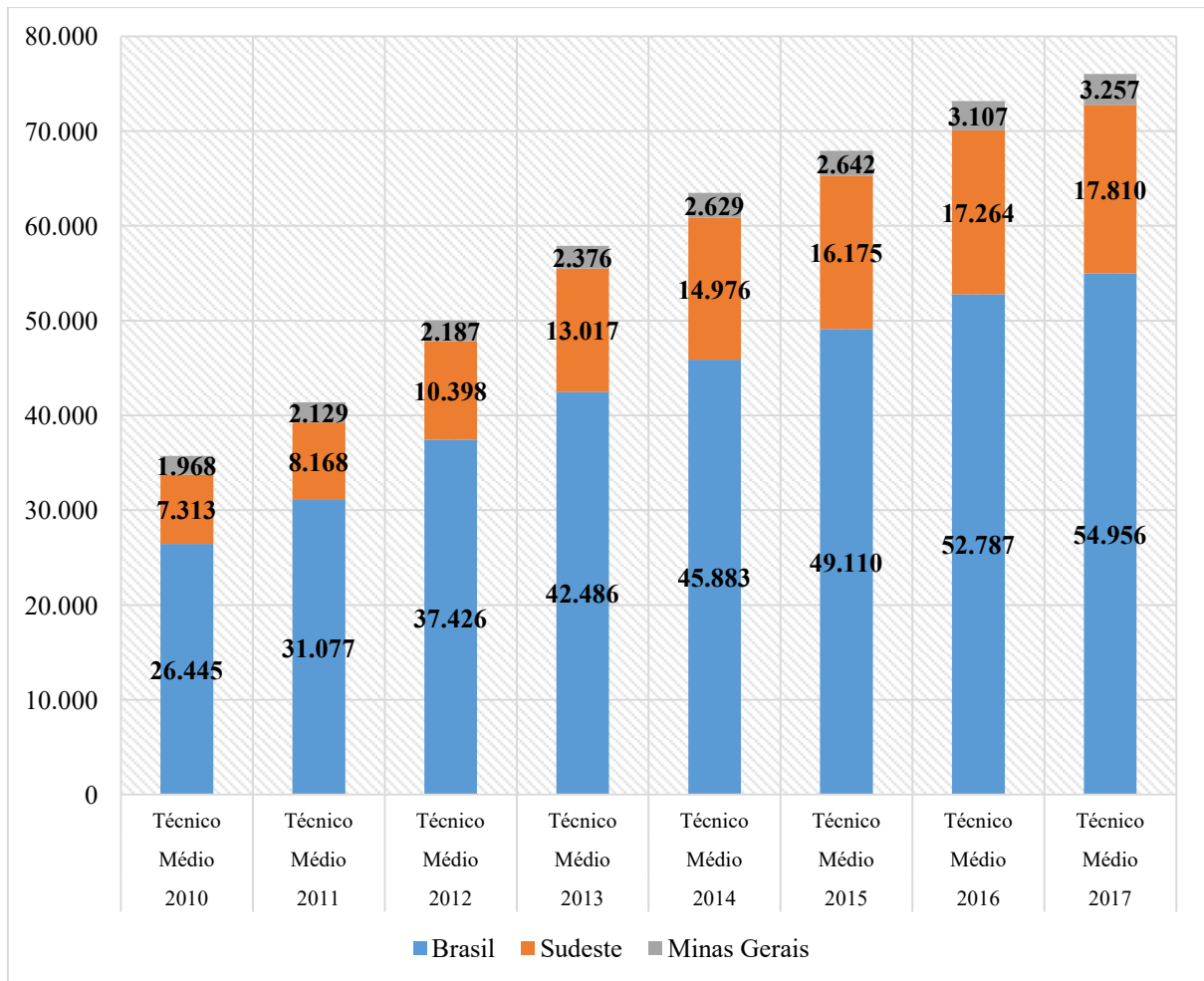
O objetivo dos indicadores, a seguir, remete ao estudo prático de características específicas do ensino médio, entre os períodos de 2010 até 2017. Além disso, a análise dessa estrutura é importante para a compreensão de fatores externos e, ainda, que possuem certa influência na conjuntura educacional. Os dados apresentados nesse boletim informativo foram coletados da plataforma do INEP e utilizados para a compreensão da pesquisa.

A análise dos dados busca facilitar a compreensão visual das informações que compõem a educação, visto que, exercem influência no médio e longo prazo. O foco dos indicadores remete ao docente e discente, suas características gerais e o número de matrículas no contexto municipal, estadual e nacional. Os gráficos demonstram os registros históricos definidos pelo modelo e, assim, a interpretação procura descrever qualquer variação considerada atípica.

O registro é interessante para entender o futuro do ensino, em particular o médio, seus atributos gerais e as situações, que exercem influência direta na educação. Contudo, o embasamento teórico deve complementar a visualização dos gráficos, pois, assim, a percepção do modelo tende a correta abrangência do boletim. O estudo busca enfatizar o contexto da educação em regiões específicas, sendo elas: Minas Gerais, Sudeste e Brasil.

Além disso, a falta de padronização dos dados impossibilitou a análise em períodos que antecedem a faixa definida pelo projeto, ou seja, sete anos. Entretanto, não houve impacto no desenvolvimento dos indicadores e elaboração da estrutura. Agora, deve se considerar também uma variação na taxa de fecundidade, pois, no recorte do estudo, existe a chance de acontecer algum desvio. Enfim, a pesquisa procura elucidar a realidade da educação e os conflitos destas ações na estrutura, no período considerado. Com relação aos docentes, que atuam no ensino médio técnico, apresentamos os dados conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Segmentação dos Docentes no Ensino Médio: Técnico Integrado

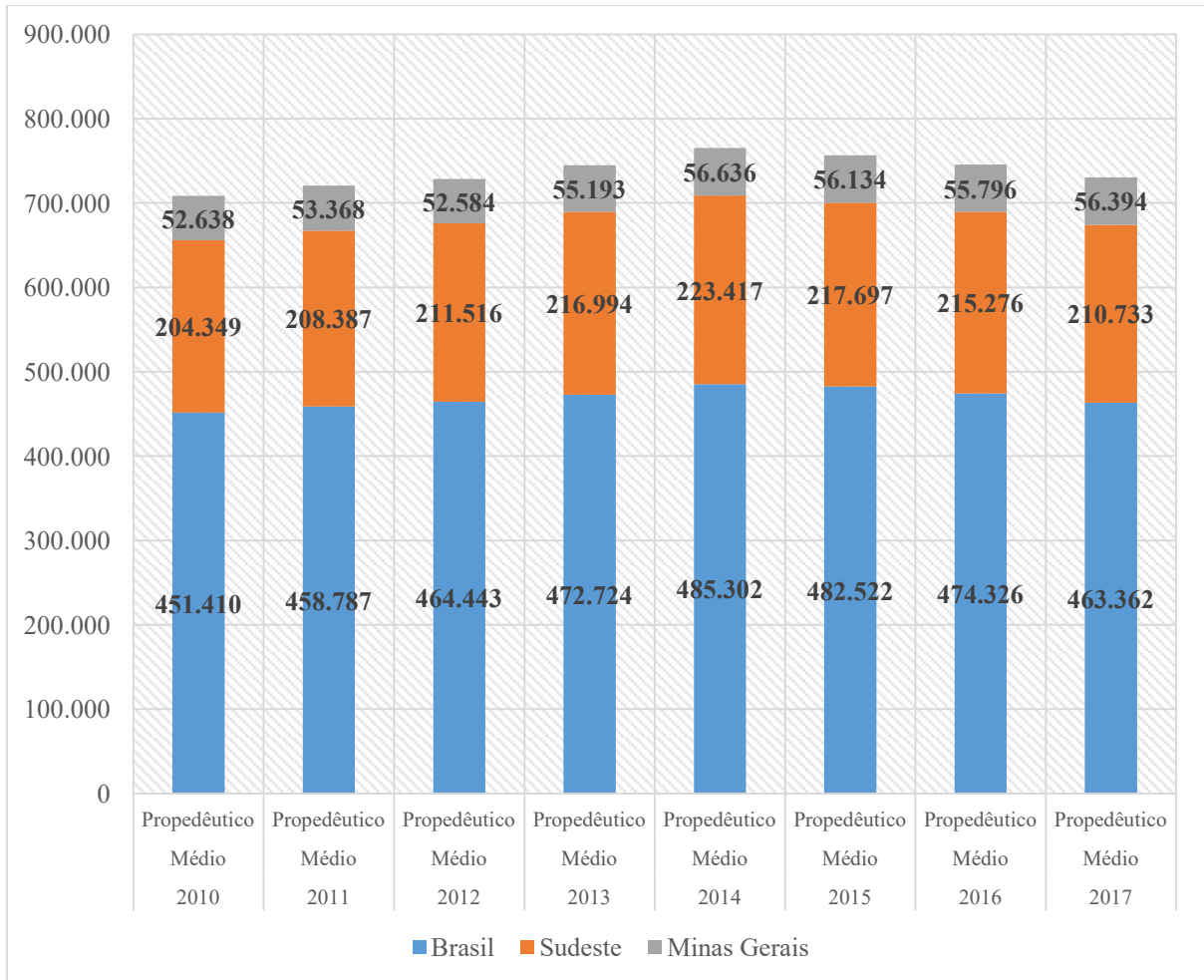


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

A representação demonstra o crescimento na modalidade ensino médio técnico e seu desenvolvimento no decorrer dos anos. Além disso, é interessante analisar a evolução na esfera nacional e a proporção entre as regiões, pois demonstra muito bem o aumento significativo neste recorte histórico. A representação gráfica ratifica certa tendência na evolução ou manutenção deste crescimento e, portanto, venha a conservar um desenvolvimento próximo ao ilustrado.

O gráfico 2 visa demonstrar a segmentação no ensino propedêutico e, com o aumento do número de docentes, no ensino técnico, tende a impactar as demais modalidades de ensino.

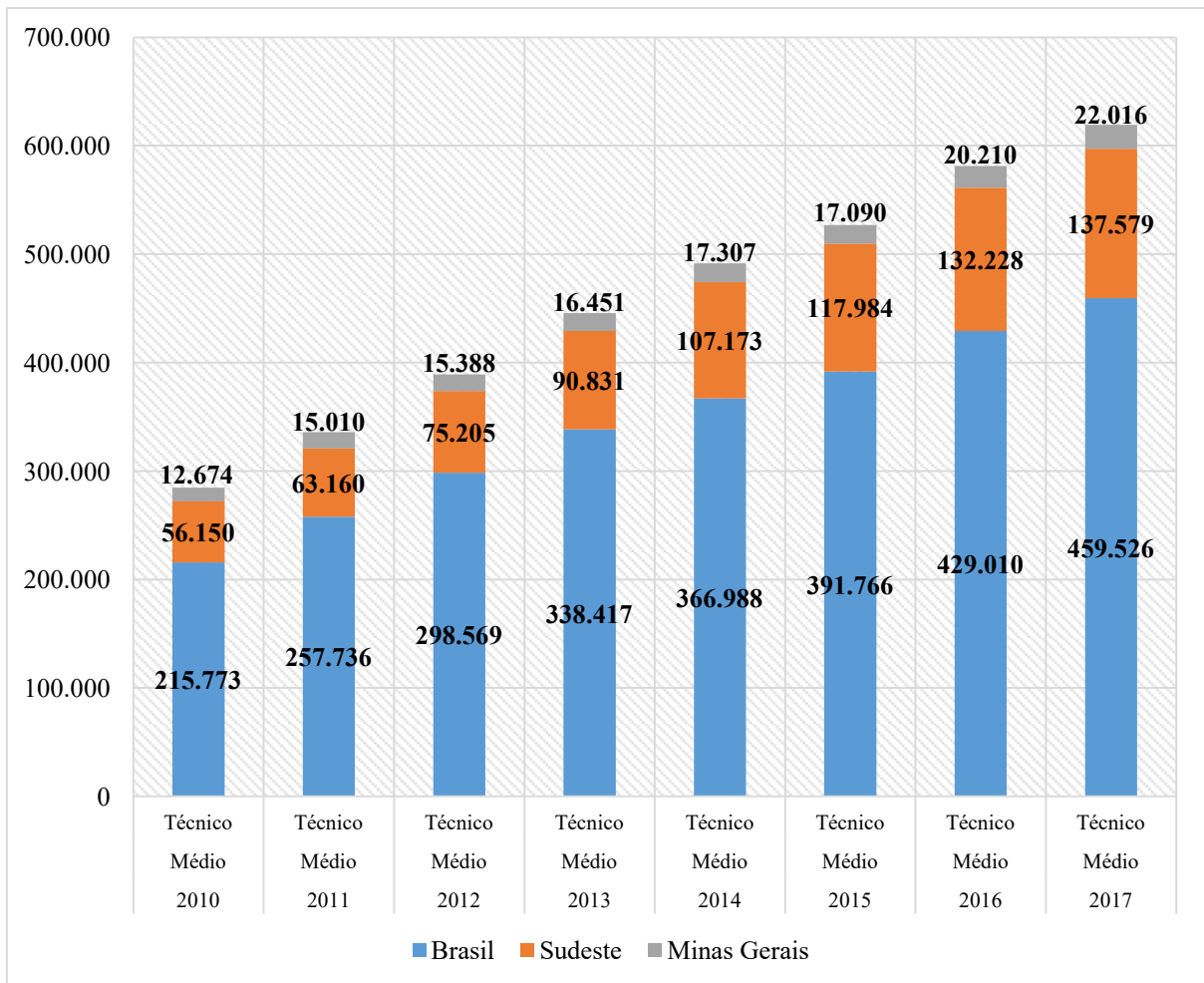
Gráfico 2 - Segmentação dos Docentes no Ensino Médio: Propedêutico



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Além disso, podemos observar, entre 2014 até 2017, o decréscimo de docentes para essa finalidade, porém, houve uma evolução nos primeiros anos de análise, em relação aos demais avaliados. Contudo, a junção dos gráficos corrobora e sustenta a ideia de um ensino técnico forte e, principalmente, o enfraquecimento de outras modalidades.

O gráfico 3 apresenta o número de estudantes matriculados no âmbito técnico integrado e mostra o grau de evolução desta modalidade.

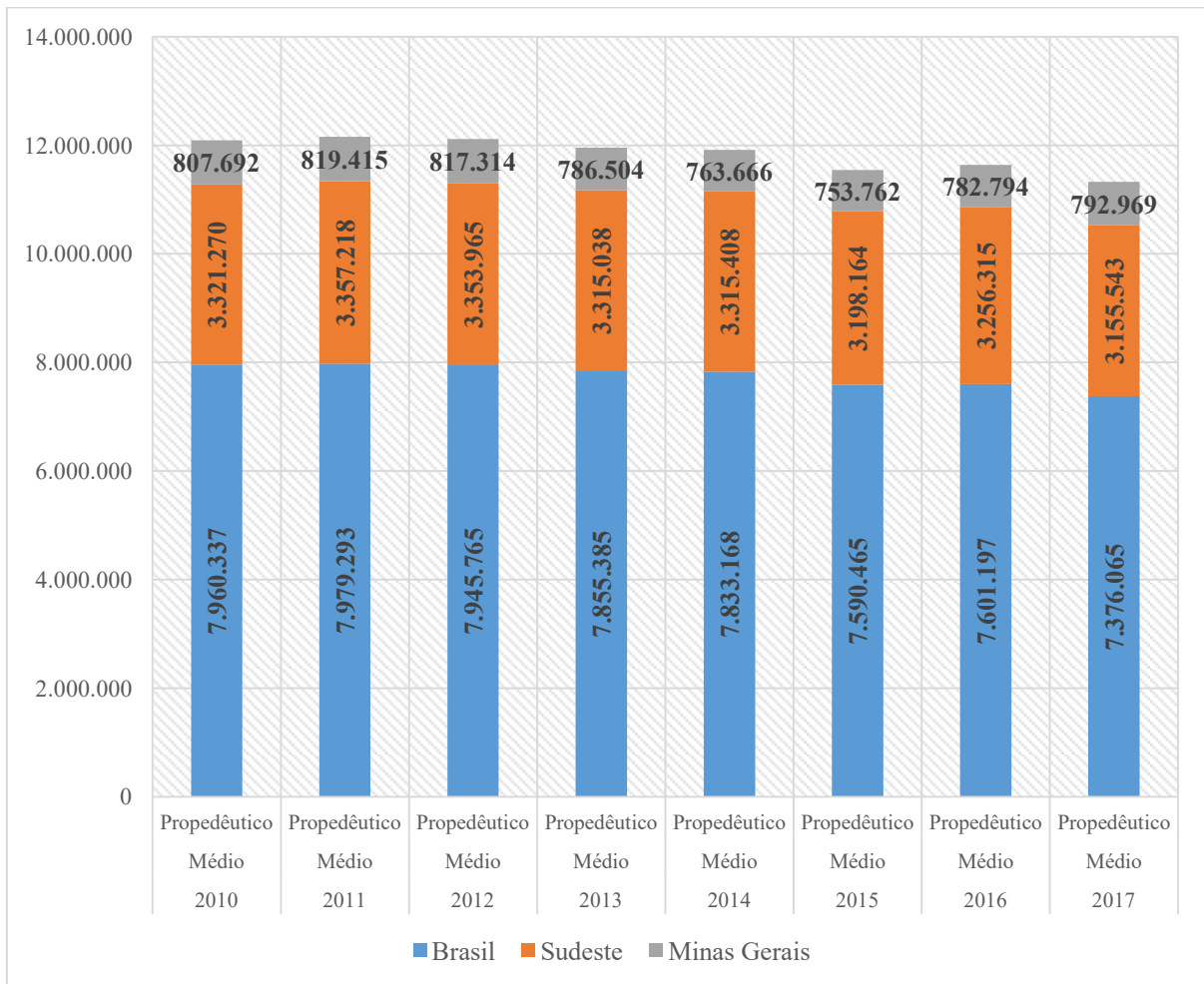
Gráfico 3 - Número de Matrículas dos Discentes no Ensino Médio: Técnico Integrado

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Assim, essa estrutura ajuda a compreender o crescimento das matrículas, no ensino médio, entre 2010 até 2017 no Brasil, Sudeste e Minas Gerais. O aumento do número de matrículas fica bem evidente, com o gráfico acima, e demonstra uma expectativa de avanço do indicador no futuro. As variações, no decorrer do registro, exibem pouca oscilação e mantém um avanço uniforme. Enfim, houve uma evolução de 243.753 alunos no Brasil, desde o primeiro ano definido pela pesquisa.

Agora, o gráfico 4 caracteriza o número de matrículas no ensino propedêutico e a evolução da modalidade no decorrer dos anos.

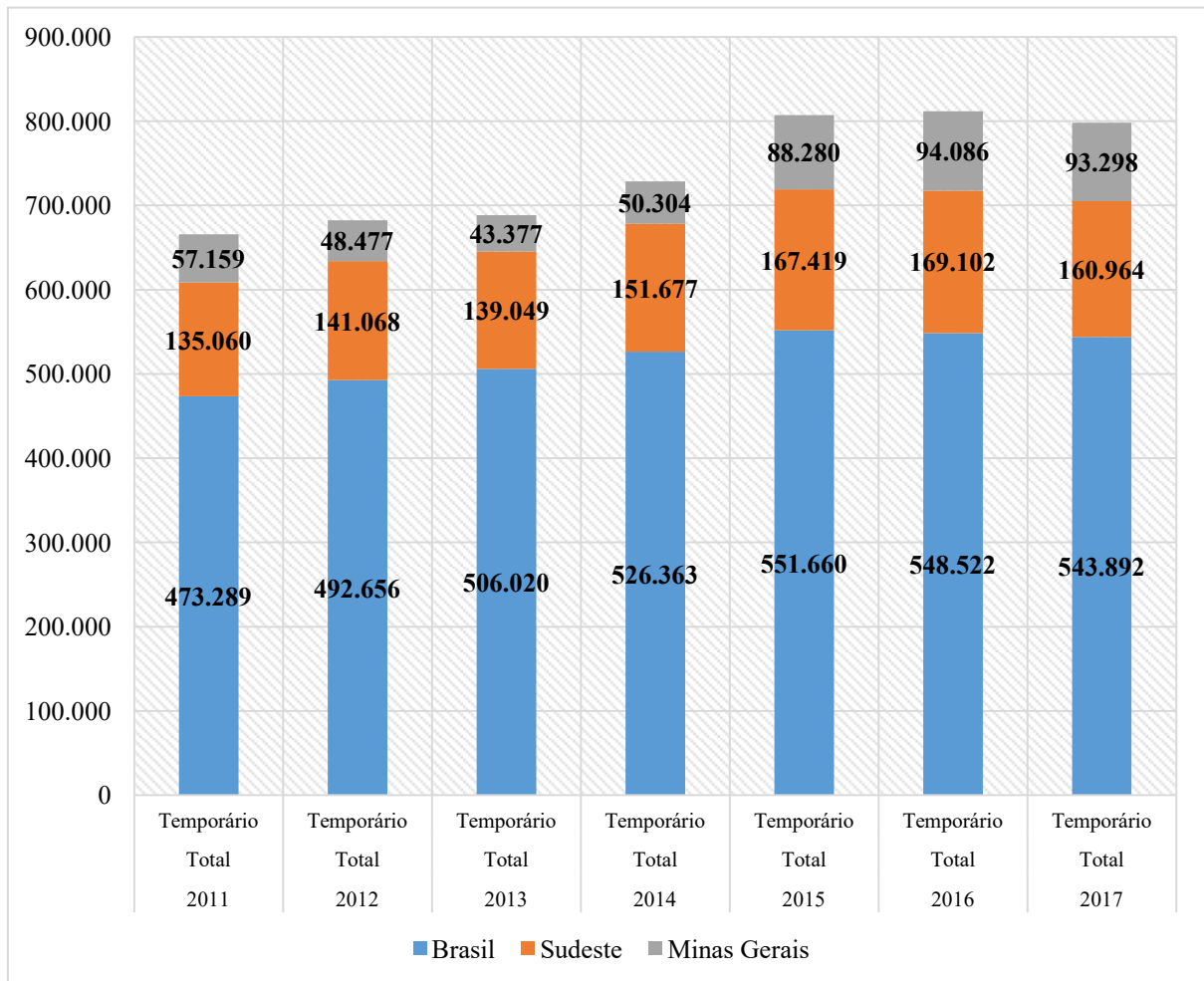
Gráfico 4 - Número de Matrículas dos Discentes no Ensino Médio: Propedêutico



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Entre 2011 até 2015 houve uma redução considerável no número de registros e, o aumento de matrículas, no ensino técnico, tende a ser reflexo dessa variação. Contudo, existiu um crescimento tímido em 2016, porém no Brasil a diferença se manteve constante. Em 2017 novamente existiu uma queda, especialmente no âmbito nacional, o que fortalece a ideia de restrição de incentivos para a modalidade.

O gráfico 5 esquematiza o vínculo exercido pelo docente no ensino médio e, dessa forma, importante para analisar a estabilidade do docente.

Gráfico 5 - Tipo de Vínculo dos Docentes no Ensino Médio: Temporário

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Entre 2011 até 2015 existiu um crescimento expressivo do vínculo temporário nas regiões de análise, mas 2016 representou o momento de maior ampliação da modalidade. Agora, no registro subsequente, houve um decréscimo, porém, o aumento desde 2011, no Brasil, representou 14,92%. Por fim, essa demonstração fortalece a ótica da mudança e dissolução das relações de trabalho.

5. CONCLUSÃO

A análise dos tópicos centrais, mediante o direcionamento da pesquisa, contribuiu para a ideia apresentada no projeto e definiu o desenvolvimento do trabalho. Por fim, os temas educação, trabalho, Estado, gestão, alienação e burocracia, representam os assuntos citados na estrutura do texto. Além disso, a apresentação dos autores, com o objetivo de estudo do tema indicado, contribuiu para ampliar o escopo da pesquisa e segmentação destes assuntos.

Sendo assim, os conceitos atribuídos no contexto Gerencialista definem a realidade e desenvolvimento de toda a conjuntura econômica. A redução desse engessamento se estabeleceu no setor público, porém a necessidade dessa ferramenta está atrelada à ideia de manutenção do controle vigente. O caráter econômico exerce impacto direto em segmentos excluídos da sociedade e, na educação, ao conteúdo definido pelo mercado (PEREIRA, 2018).

Segundo Pereira (2018), os atributos sociais e a atuação do Estado, em setores estratégicos, se reduzem a evolução desse processo de gestão e eficiência, definida pelo mercado. A escola se apresenta como instrumento desta ideologia, pois procura ampliar o desenvolvimento técnico e visa selecionar os alunos para o mercado. A hipótese correspondeu, através da análise teórica e objetiva, os pontos descritos em sua projeção.

Enfim, o estudo contribuiu para comprovar o desdobramento e a definição de vertentes relacionadas ao quesito trabalho e educação, na realidade do Estado Gestor. A necessidade de ampliação do estudo é muito importante para os temas mencionados, pois novos conceitos tendem a complementar e enriquecer a área de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **OS SENTIDOS DO TRABALHO**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 287 p.

CERQUEIRA, Jackson B. A. de. UMA VISÃO DO NEOLIBERALISMO: Surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992. 333 p.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. PROCESSO DE TRABALHO NA ESCOLA: algumas categorias para análise. **Teoria & Educação**, Pelotas, n. 4, p.3-21, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2010. Brasília: **Inep**, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 1493 p. Tradução de: Rubens Enderle.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p. Tradução de: Jesus Ranieri.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p.353-381, maio/ago. 2012.

PEREIRA, Leoclécio Dobrovoski Silva. **Crise nas Licenciaturas e a Luta pela Educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando, 2018. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-cri-se-nas-licenciaturas>>.

PREVITALLI, Fabiane Santana. O CONTROLE DO TRABALHO PELO DISCURSO DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL. **UEPG Humanit. Sci.**, Ponta Grossa, v. 2, n. 17, p.141-155, dez. 2009.

SAES, Décio. **Estado e democracia**: Ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: Unicamp: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. 187 p.